

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Controles Internos, relativo à Elaboração das Demonstrações Financeiras

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores da Companhia entendem que os procedimentos internos de controle, são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade para elaboração das demonstrações financeiras, destacam ainda que é utilizado processo contínuo de revisão e melhorias dos controles internos.

Esclarecemos que não houve ressalvas no parecer preparado pelos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressada mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração da Companhia. Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração: determinar a orientação geral dos negócios da Companhia definindo sua missão, objetivos e diretrizes; aprovar políticas de gestão de riscos e financeiras; fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores; aprovar a criação de Comitês, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, além de outras matérias de interesse da Companhia, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos; escolher e destituir os auditores independentes, as reuniões ocorrem ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

Presidente

Compete ao Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar, coordenar e supervisionar as atividades, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia do controle interno. A eficiência dos controles internos é supervisionada pelos membros da Diretoria da Companhia, de forma individual, e pelo Conselho de Administração, de forma colegiada e consolidada.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os diretores da Companhia, não receberam e não houve recomendações da auditoria, que merecem destaque ou que são relevantes em suas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia não possui políticas específicas de integridade. Contudo, a Companhia é controlada indiretamente pela JBS S.A. ("JBS"), sendo abarcada pelas políticas da JBS, que são descritas nos itens abaixo.

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A área de Compliance da JBS possui uma equipe responsável por Riscos e Controles que realiza regularmente a avaliação de riscos de Compliance da Companhia. Os riscos são mapeados e acompanhados através de uma Matriz de Riscos baseada em probabilidade e impacto, onde dependendo da situação identificada, pode gerar a implantação de um controle ou a necessidade de um monitoramento. Estas ações visam mitigar os riscos e proporcionar segurança nas operações da Companhia.

A JBS tem diversas políticas publicadas e implementou mais de 12 controles relacionados a temas considerados de risco, por exemplo: doação, patrocínio, brinde/entretenimento, aporte de valores para as unidades operacionais, concessão de descontos dentre outros.

Adicionalmente a JBS adotou um formulário anual de "declaração de conflito de interesses" que é preenchido por funcionários elegíveis como instrumento de registro e controle das situações de possível conflito. No decorrer do ano de 2018 a JBS colheu o resultado de aproximadamente mil respostas de seus colaboradores no Brasil (diretores e gerentes), mapeando as situações de potencial conflito de interesses, tudo com vistas a sanear as situações e/ou implementar melhores controles e supervisão.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Em junho de 2017, foi nomeado como Diretor Global de Compliance, José Marcelo Martins Proença, que possui mais de 27 anos de experiência como advogado, mestre e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor do Curso de Direito Societário, Concorrencial e de Compliance da FGV/GVLAW. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Comercial, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Societário, Concorrencial, Recuperação de Empresas, Contratos e Mercado de Capitais. Diversos artigos, textos e livros publicados com temas sobre Direito Comercial, Societário e Insider Trading. Participação em produções técnicas, bancas de mestrado, doutorado, pós-graduação; além de eventos, congressos, encontros e fóruns.

Em abril de 2018 foi contratado um Diretor de Compliance nos EUA, Lance Kotschwar, responsável por supervisionar as políticas e o programa global de Compliance da JBS nas operações nos Estados Unidos, Canadá, México, Europa, Austrália e Nova Zelândia.

Lance acumula mais de 20 anos de experiência legislativa e regulatória federal com o United States Department of Agriculture (USDA) e órgãos do Congresso norte-americano. Foi Diretor de Ética e Compliance e vice-presidente de Relações Governamentais e de Indústria no Gaviion Group LLC. Acumula mais de 20 anos de experiência legislativa e regulatória federal com o United States Department of Agriculture (USDA) e órgãos do Congresso norte-americano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A área responsável pelo Programa de Compliance é denominada Diretoria de Compliance e, atualmente, no Brasil conta com estrutura própria e dedicação exclusiva.

A área de Compliance da JBS tem orçamento próprio e adequado para realizar as atividades necessárias, bem como estrutura física para os colaboradores desempenharem suas funções.

Sobre a posição hierárquica da área de Compliance, responsável pelo Programa de Integridade da JBS, reforçamos que o reporte da área é realizado de forma direta e exclusiva ao Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia não possui código de ética ou conduta. Contudo, a Companhia é controlada indiretamente pela JBS S.A. ("JBS"), sendo abarcada pelas políticas da JBS, que são descritas nos itens abaixo.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A JBS possui um Código de Conduta e Ética ("CCE"), o qual deve ser obrigatoriamente observado por todos os colaboradores, conselheiros e membros dos comitês de assessoramento. A JBS também possui um código específico para parceiros de negócios, denominado Código de Conduta para Parceiros de Negócios ("CCPN").

Os códigos foram originalmente escritos em português com uma linguagem clara e acessível a todos os níveis hierárquicos, sendo também traduzidos para outros 3 idiomas (inglês, espanhol e italiano), os documentos estão disponíveis na rede mundial de computadores no site institucional da JBS (www.jbs.com.br), site de Relação com Investidores e, além disso, no site do Linha Ética JBS. Ademais, ao público interno o Código de Conduta e Ética fica disponível na rede interna de comunicação, denominada Intranet JBS.

Os códigos fazem referência expressa ao canal de denúncias e reforçam a confidencialidade e a garantia de anonimato, a fim de preservar tanto os relatados quanto os colaboradores ou parceiros de negócios. Além disso, preveem, de forma clara, as sanções que podem ser aplicadas se houver descumprimento a tais documentos (item 1.8. do CCE e página 10 do CCPN). Cumpre ressaltar que ambos documentos foram aprovados em sede de reunião do Conselho de Administração da JBS SA, realizada em 28 de março de 2018.

Adicionalmente a Companhia possui uma Política de Consequências do Linha Ética e uma Política sobre o canal de denúncias.

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Em referência aos treinamentos, tanto os colaboradores e membros da alta administração da Companhia, incluindo os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento são treinados sobre as diretrizes do Código de Conduta e Ética, uma vez ao ano. Os treinamentos foram iniciados em 2017, mas foi em 2018 que o primeiro ciclo de treinamentos foi aplicado a todos os públicos da JBS.

No ano de 2018, em números, tivemos um total de 27.047 horas em treinamentos pelas quais mais colaboradores foram devidamente treinados sobre os aspectos de integridade e conduta da JBS (este número reflete 98,8 % de todos os funcionários da Companhia no Brasil).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

As sanções estão previstas no Código de Conduta e Ética e também em política específica chamada Política de Consequências.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado Conselho de Administração da JBS SA, aprovado em data de 28/03/2018.

Os códigos podem ser encontrados nos seguintes links:

- Site Relação com Investidores:

<https://excelsior.ind.br/investidores.html>

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Companhia tem um canal de denúncias integrado com o de sua controladora indireta.

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

O canal de denúncias é terceirizado.

Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal de denúncias da JBS, chamado Linha Ética JBS, está disponível a todos os públicos de relacionamento da Companhia (colaboradores, fornecedores, clientes, investidores, entre outros). Feito para que sejam relatadas irregularidades ou comportamentos não condizentes com os Código de Conduta e Ética, está disponibilizado em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e italiano) e é administrado por uma empresa externa especializada, o que garante total independência e segurança aos denunciantes, que podem optar pelo anonimato ao relatarem os casos.

Para acessar www.linhaeticajbs.com.br ou 0800 377 8055 (Brasil)

Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

Sim, o Canal pode ser utilizado de forma anônima e a Companhia possui publicada em seu repositório de documentos internos e disponível aos colaboradores, a Política Denúncias Linha Ética, a qual reitera os compromissos da Companhia com a não retaliação aos denunciante de boa-fé, confidencialidade e anonimato.

Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A empresa responsável pela Linha Ética JBS registra a denúncia, classifica-a de acordo com o tema e criticidade do relato e envia as informações para a área de Compliance da JBS, para que tenha início o adequado processo de apuração.

c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Uma política que versará sobre o tema está fase de elaboração e deixará estes processos formalizados dentro da Companhia. Adicionalmente, foi criado um documento interno com assuntos a serem avaliados por diversas áreas, dentre elas a área de Compliance.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

Não existem alterações significativas nos principais fatores de risco a que a Companhia esteja exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada com relação ao último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(valores expressos em milhares de reais)

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A empresa em 31 de dezembro de 2018 tinha uma disponibilidade de caixa de R\$ 24.300, um patrimônio líquido de R\$ 49.147 e um ativo circulante de R\$ 55.144, empréstimos e financiamentos na importância de R\$ 191.

b. estrutura de capital:**i. hipóteses de resgate**

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pelo demonstrado no item “a” supra, entendemos que a empresa tem plena capacidade de atender todos os seus compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A empresa tem a geração de caixa como fonte de financiamento para capital de giro e quando necessário, complementa com linhas de crédito junto a instituições financeiras. Para investimentos não circulantes, opta por linhas de crédito de longo prazo.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Não se aplica.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Moeda Nacional	Finalidade	Circulante	Circulante	Circulante
Finame - Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Aquisição de máquinas e equipamentos	191	192	192
Total		192	237	192

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Receita de Vendas**

A Excelsior, no exercício de 2018, obteve uma receita líquida de R\$ 173.867 ante uma receita líquida de R\$ 163.050 em 2017, portanto, um aumento no faturamento de suas vendas de 7%.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em gastos na aquisição de matéria-prima. A Companhia geralmente compra esta matéria-prima no mercado. Além destas compras, o custo dos produtos vendidos também considera outros custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e mão de obra.

No exercício de 2018 somou a importância de R\$ 128.361, enquanto que em 2017 foi de R\$ 120.349.

Lucro Bruto

O lucro bruto, em percentual, no exercício de 2018, houve variação maior de 7% em relação ao exercício anterior.

Despesas de vendas

Nas despesas com vendas, no exercício de 2018, pequena variação comparada ao ano anterior.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício de 2018 foram de R\$ 4.531. Por se tratar de uma despesa com a administração, não atrelada em percentual aos valores de venda, no exercício de 2017 foram de R\$ 5.097.

Resultado financeiro líquido

Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação cambial em importações de máquinas e equipamentos.

As receitas financeiras somaram no exercício de 2018 a importância de R\$ 842, enquanto que em 2017 somaram R\$ 724. No mesmo período as despesas financeiras, tiveram uma pequena variação e somaram respectivamente R\$ 622 e R\$ 731.

Imposto de Renda e Contribuição Social***Impostos correntes***

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Contas a receber***

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

Estoque

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Os itens do ativo imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício, no exercício de 2018 foi de R\$ 10.051, enquanto que no exercício de 2017, o lucro líquido foi de R\$ 9.421.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(em milhares de reais).

	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	173.867	163.050
Custo dos produtos vendidos	(128.361)	(120.349)
LUCRO BRUTO	45.506	42.701
	0,6%	
Administrativas e gerais	(4.531)	(5.097)
Com vendas	(26.432)	(25.074)
Outras receitas (despesas)	80	1.496
DESPESAS OPERACIONAIS	(30.883)	(28.675)
LUCRO OPERACIONAL	14.623	14.026
Receita financeira	842	724
Despesa financeira	(622)	(731)
	220	(7)
LUCRO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.843	14.019
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.207)	(4.953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	415	355
	(4.792)	(4.598)
LUCRO LÍQUIDO	10.051	9.421
Lucro básico por lote de mil ações no final do exercício	1,9247	1,8040

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais**

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	24.300	14.251
Contas a receber de clientes	20.476	21.359
Estoques	9.622	7.293
Impostos a recuperar	630	748
Contas a receber de seguradora	-	-
Outros ativos circulantes	33	5.616
Despesas antecipadas	83	93
TOTAL DO CIRCULANTE	<u>55.144</u>	<u>49.360</u>
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	529	640
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.747	1.333
Imobilizado	30.324	28.002
Intangível	54	77
Depósitos e cauções	1.784	1.662
Outros ativos não circulantes	29	29
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	<u>34.467</u>	<u>31.743</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>89.611</u>	<u>81.103</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balancos patrimoniais**

(Em milhares de reais)

	31.12.18	31.12.17
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	19.236	17.502
Empréstimos e financiamentos	191	192
Imposto de renda e contribuição social a pagar	271	154
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	9.288	10.006
Dividendos declarados	4.464	5.203
Outros passivos circulantes	2.395	2.352
TOTAL DO CIRCULANTE	35.845	35.409
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	16	205
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	3.084	3.236
Provisão para riscos processuais	1.519	770
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.619	4.211
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	30.000	30.000
Reservas de lucros	19.147	11.483
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.147	41.483
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.611	81.103

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 49,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 55,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- aumento em 71% do caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 14,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 24,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.
- aumento em 32% do estoques, de R\$ 7,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.
- R\$ 5,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 referente a valores a receber de seguradora para R\$ 0,33 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou aumento, passando de R\$ 31,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 34,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- aumento de 8% no total imobilizado, passando de R\$ 28 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 30,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Passivo Circulante***

O saldo do passivo circulante aumentou em 1,2%, passando de R\$ 35,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 35,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- a) aumento de 9,9% em fornecedores, de R\$ 17,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.
- b) redução de 14,2% em dividendos declarados, de R\$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresenta um aumento de 9,7%, passando de R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 18,5%, passando de R\$ 41,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 49,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do aumento de reserva de lucros objeto do lucro do período menos a distribuição de dividendos obrigatórios.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Venda e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês, incluindo produtos processados congelados cozidos e pré-cozidos, operações no mercado doméstico brasileiro, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado, atuando nas redes varejistas, distribuidores, revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais.

b. Resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume, e introdução de novos produtos e serviços):

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

Efeito dos níveis de vendas de produtos industrializados nos mercados domésticos no resultado operacional:

A Companhia continua adquirindo todas as matérias primas e insumos no mercado, não possuindo matéria prima própria. Os preços na aquisição de matéria prima e de insumos são os praticados pelo mercado, com o que estamos sujeitos as oscilações dos mesmos.

Sempre procuramos fazer todos os contingenciamentos possíveis para minimizar os efeitos adversos que a elevação dos preços da matéria prima pode ocasionar, entretanto, os efeitos desejados nem sempre são imediatos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve eventos relevantes destas operações no período.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Eventos operacionais relevantes:

Não houve eventos relevantes destas operações no período.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Opinião dos Diretores sobre:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração entende que não houveram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis com relação aos últimos três exercícios sociais da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores da Companhia com relação aos últimos três exercícios sociais da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**a) Estimativas contábeis**

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando, e somente quando:

- i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iv) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

Não houve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os eventos relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras, ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não há nada não evidenciados no item 10.6

b. Natureza e o propósito da operação:

Não se aplica

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;**

Todos os principais elementos do plano de negócios, estão evidenciados no relatório da diretoria.

- b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;**

Não existem plantas, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva.

- c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais já gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que possam influenciar no desenvolvimento operacional.